

Publicação científica e ineditismo frente à política de repositórios institucionais

Scientific publication and originality in the face of institutional repository policy

Fórum de Editores da Saúde Coletiva¹

DOI: 10.1590/2358-2898202514610843P

O FÓRUM DE EDITORES DA SAÚDE COLETIVA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (Abrasco), composto por 22 revistas, incluindo a ‘Saúde em Debate’, emitiu um documento de consenso intitulado ‘Publicação científica e ineditismo frente à política de repositórios institucionais’, o qual subscrevemos e transcrevemos a seguir.

“O exercício de boas práticas editoriais impõe às editorias científicas a responsabilidade ética de publicar textos inéditos, assegurando a originalidade e a integridade acadêmica. O ineditismo refere-se à condição de um trabalho ainda não divulgado e tem promovido a adoção de critérios para coibir a publicação redundante, prática que compromete a credibilidade da ciência.

No entanto, a forma como as equipes editoriais aplicam o critério de ineditismo tem levado à recusa de artigos derivados de teses e dissertações disponíveis em repositórios institucionais, caracterizando-os como autoplágio. Esse tem sido um problema discutido em programas e em fóruns de coordenadores de pós-graduação, sem um questionamento acerca do critério de similaridade adotado pelos periódicos. As repercussões concretas dessa postura demandam urgente reflexão e posicionamento.

Os repositórios foram criados para disponibilizar para a própria instituição e para toda a sociedade a produção intelectual de um determinado órgão. Servem para registrar, preservar e disseminar de forma ampla e em Acesso Aberto essa produção materializada em tipologias documentais variadas. Acrescentar barreiras ao conteúdo integral de teses e dissertações é interferir de forma incoerente e retrógrada em políticas de informação e de memória institucional para a difusão do conhecimento científico; é distanciar-se dos princípios e das ações concretas que defendem que o conhecimento é um bem público, que deve estar disponível para a sociedade.

Logo, é do entendimento da Abrasco, através do Fórum de Editores de Saúde Coletiva, que rejeitar artigos com base em similaridade textual com teses e dissertações disponibilizadas em repositórios institucionais enfraquece a política de Acesso Aberto, além de retardar a divulgação de pesquisas, em grande parte financiadas com recursos públicos, que poderiam contribuir para o enfrentamento de problemas sociais, econômicos e culturais — especialmente em países periféricos.

Frente ao significado social que as políticas de informação e de Acesso Aberto que os repositórios institucionais instrumentalizam, cabe indagar: o que estudantes, professores, pesquisadores, profissionais de informação, gestores e a sociedade, em geral, ganhariam com isso?

¹ Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fórum de Editores da Saúde Coletiva – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
abrasco@abrasco.org.br



A rejeição de artigos derivados de teses e dissertações disponíveis em repositórios contrasta com a dinâmica atual da comunicação científica que estimula a disponibilização dos manuscritos como *preprints* (versões prévias de artigos divulgadas antes da avaliação por pares) e com a estruturação de teses e dissertações sob a forma de artigos.

Essa postura restritiva impulsiona a busca por periódicos de fluxo acelerado, que não realizam a avaliação da qualidade dos textos por especialistas (pares) — muitos deles predatórios —, e com altos custos financeiros para os autores e instituições. Além disso, a prática de embargar teses e dissertações até a publicação de artigos desconsidera a natureza distinta e as formas de circulação dessas tipologias documentais: um artigo não inviabiliza a circulação de uma dissertação, e vice-versa, nem diminui a sua relevância. Nesse sentido, corrobora-se a convivência da diversidade de documentos e formas de representação descritiva e temática do conhecimento científico.

O nosso compromisso como editores científicos com a transparência e com o acesso público e irrestrito ao conhecimento implicado no depósito de teses e dissertações em repositórios institucionais deve nos levar a compor outras medidas. Os periódicos podem e devem:

- incentivar os autores a declararem as teses e dissertações que deram origem ao artigo,

assegurando transparência e facilitando o acesso ao contexto integral da pesquisa;

- adotar critérios de ineditismo reconhecendo que a disponibilidade integral de teses e dissertações em repositórios não anula o valor acadêmico de um artigo derivado;
- e alinhar-se às práticas de ciência aberta e acesso aberto, rejeitando medidas que enfraqueçam os repositórios ou favoreçam modelos excludentes de publicação, como os periódicos predatórios.

Diante desses argumentos, a Abrasco, através do Fórum de Editores de Saúde Coletiva, posiciona-se contrariamente às práticas editoriais que acarretam barreiras ao depósito de produções acadêmicas em repositórios institucionais, pois elas comprometem a democratização do conhecimento, incentivam periódicos predatórios e contradizem os princípios da ciência aberta. Defendemos que a disseminação livre de teses e de dissertações — longe de ser um obstáculo — é parte essencial das melhores práticas de pesquisa, ensino e impacto social da ciência, bases que fundamentam a comunicação científica.

Por fim, os periódicos associados ao Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco, em consonância com as recomendações apresentadas, comprometem-se a incorporá-las em suas políticas e práticas editoriais¹. ■

Referência

1. Fórum de Editores de Saúde Coletiva da Abrasco. Publicação científica e ineditismo frente à política de repositórios institucionais. Abrasco [Internet]. 2025 jun 30 [acesso em 2025 jul 28]; Posicionamentos. Disponível em: <https://abrasco.org.br/posicionamento-publicacao-cientifica-e-ineditismo-frente-a-politica-de-repositorios-institucionais/>

Recebido em 09/07/2025

Aprovado em 26/07/2025

Conflito de interesses: inexistente

Disponibilidade de dados: os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

Suporte financeiro: não houve

Editora responsável: Maria Lucia Frizon Rizzotto